

# AOS BOLSEIROS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

**MAIS DE TRÊS ANOS PASSARAM e os trabalhadores científicos continuam à espera...**



Após quatro anos de governo PSD/CDS-PP, que ameaçaram arruinar a investigação científica, o Governo do PS prometeu que iria "atender à situação dos milhares de investigadores que estavam há vários anos a desempenhar tarefas permanentes com o mais precário dos vínculos - uma bolsa de investigação científica."

Passadas as intenções, a realidade de hoje é que os trabalhadores da ciência se mantêm confrontados com a incerteza em relação à resolução dos seus problemas, com precariedade laboral, tendo a esperança sido transformada em descrédito.

As medidas no âmbito da ciência aprovadas pelo Governo em Fev/2019 não dão resposta à necessária valorização e dignificação dos investigadores e técnicos, reconhecendo-os como trabalhadores com direito a contrato de trabalho e ingresso numa carreira. Chega-se ao ponto de afirmar que um doutoramento "não confere independência científica". A proposta de revisão do EBI, que nenhum passo dá na limitação do uso abusivo de bolsas, admite de novo bolsas de pós doutoramento, contrariando a sua substituição por contratos de trabalho como prometido.

**Mais uma oportunidade perdida de resolver os problemas, mas aberta a discussão, os bolseiros devem intervir.**

”

A discussão não é se o investigador vai escolher o cavalinho, o comboio, o carrinho, a chávina giratória do carrossel da precariedade. A discussão que tem de ser feita é a abertura das carreiras e a integração destes trabalhadores com plenos direitos.”

*Deputada Ana Mesquita (PCP)*

**COMO O PCP TEM AFIRMADO, A CORRELAÇÃO DE FORÇAS EXISTENTE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (AR) TERIA CONDIÇÕES PARA MELHORAR O SECTOR CIENTÍFICO E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS SEUS TRABALHADORES.**

**Por intervenção do PCP, o DL57/2016 sofreu melhorias passando a garantir:**

- que não haverá perda de remuneração líquida mensal ao fixar o nível 33 como nível remuneratório inicial (estava no 28);
- a possibilidade de evolução salarial ao longo do contrato;
- o aumento do número de bolseiros abrangidos pelo DL, em virtude da contagem de tempo contemplar anos seguidos e interpolados;
- a garantia de que os contratos serão pagos, na sua totalidade e durante 6 anos, pela FCT;
- a possibilidade de integração na carreira de investigação no final dos contratos.

*Tudo isto está hoje consagrado na lei por iniciativa e contributo do PCP, tal como aconteceu com o PREVPAP, com a proposta no Orçamento do Estado para 2017, obrigando o governo a apresentar à AR um Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP).*

**A ACTUAL SITUAÇÃO permitiria dar passos na ciência Avançar é preciso!**



O Governo do PS opta por se amarrar ao défice e às imposições da União Europeia, por financiar os bancos e os seus buracos financeiros, por se vergar aos interesses económicos do grande capital com todas as consequências que daí advêm e, como se isto não bastasse, decide boicotar os instrumentos legais que, ainda que limitados, foram possíveis alcançar.

Foram ainda levadas pela mão do PCP propostas de grande significado, como a integração progressiva dos bolseiros de investigação científica na carreira, o reforço de meios humanos e financeiros para os Laboratórios do Estado no quadro do Orçamento do Estado para 2019, a reposição de subsídios retirados e a actualização extraordinária dos valores das bolsas de investigação, propostas sistematicamente chumbadas por PS, PSD e CDS.

**Só a revogação do Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI) e a substituição das bolsas por contratos, associada à integração na Carreira de Investigação Científica, podem resolver de vez o problema da precariedade na ciência. Neste sentido o PCP levará novamente à discussão na AR a proposta de revogação do EBI e a criação do Regime jurídico da contratação do pessoal de investigação científica.**

## O BOICOTE

A aplicação do DL57/2016 conheceu um impasse que demorou mais de um ano com Reitores e responsáveis das unidades de investigação a demonstrar pouca vontade de cumprir a lei e aplicar a Norma Transitória (NT), que garante a possibilidade de contratar todos os doutorados há mais de 3 anos.

Um boicote apadrinhado pelo Governo do PS, com o Ministro a afirmar que não irão obrigar as diferentes instituições a aplicar esta regra.

A 15 DE JANEIRO DE 2019 ESTAVAM APENAS FORMALIZADOS 829 CONTRATOS, ESTANDO POR FORMALIZAR 1246. TAMBÉM NO ÂMBITO DOS PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO DOS 1618 DOUTORADOS A CONTRATAR NENHUM ESTÁ EFECTIVAMENTE CONTRATADO.

(Dados do Observatório do Emprego Científico)

Devido aos atrasos inexplicáveis na aplicação da NT, muitos investigadores concorreram também ao CEEC Individual 2017, e vendo o seu projeto aprovado ainda aguardam os resultados definitivos.

Graças ao Projecto-Lei do PCP, que obrigou a prorrogação das bolsas, estes investigadores continuam a ter o seu rendimento mensal.

A FCT continua com atrasos inaceitáveis, seja na divulgação definitiva dos resultados do CEEC Individual 2017, seja na contratação de doutorados via projetos, seja na avaliação das unidades de investigação.

Na perspectiva do PCP, trabalhadores com vínculos precários a trabalhar nas instituições há vários anos devem ser integrados na respectiva carreira. As promessas de regularização de vínculos feitas pelo Governo PS não estão a ser cumpridas para os trabalhadores científicos!

## SEM INVESTIMENTO NÃO HÁ POLÍTICA CIENTÍFICA

Sem política científica não há desenvolvimento do País

**Em 2016 e 2017 nenhum projecto de investigação foi financiado. A contratação de doutorados ao abrigo de projectos, anunciada para 2018, também não aconteceu.**

No início de 2018 os resultados do concurso de projectos de investigação começaram a sair de forma avulsa, por vezes, com discrepância de meses. O próximo concurso de projectos está previsto para novembro de 2019, ou seja, um concurso de projectos em todos os domínios científicos por legislatura!!

O atraso no processo de avaliação das unidades de investigação levou a centros de investigação sem financiamento e à falta de material em alguns laboratórios. O Concurso Estímulo Emprego Científico – Individual (CEEC) substituiu o Concurso de Bolsas de pós-doutoramento e o Concurso de iFCT. O CEEC de 2017 apenas abriu em 2018 e ainda não se conhecem os resultados definitivos, tendo cerca de 4500 doutorados concorrido a 500 contratos, demonstrando que estamos muito longe do “pleno emprego” declarado pelo Ministro Manuel Heitor.

Após uma justificada expectativa inicial, existe hoje um sentimento de frustração entre os trabalhadores científicos, que estão, em muitos casos, com os seus contratos a terminar, no desemprego, sem protecção social, fora do sistema, sem forma de financiarem e continuarem o seu trabalho, ainda mais susceptíveis à precariedade.

## CIÊNCIA - Um pilar de desenvolvimento do país, assente no trabalho com direitos e dignidade!



É preciso e urgente resolver dois problemas centrais existentes: o reduzido financiamento público das instituições e a precariedade a que estão sujeitos os investigadores.

Os trabalhadores científicos podem contar com o PCP para continuar a intervenção pela eliminação do recurso a bolsas ou outros mecanismos precários para preencher postos de trabalho, sejam eles temporários ou permanentes, reconhecendo o direito

dos trabalhadores a integrarem uma carreira e garantir um financiamento público para o Sistema Científico e Tecnológico Nacional, decorrente de uma estratégia do interesse e da produção nacional, assente no trabalho com direitos e dignidade.

Perante as hesitações e boicotes do governo, está nas mãos dos trabalhadores científicos fazer a luta necessária para que os avanços já alcançados se concretizem e para que muitos outros ocorram.

MAIS FORÇA À **CDU**

PCP-PEV



Ficha para contacto  
Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados que nos permitirão contactar consigo

NOME \_\_\_\_\_

MORADA \_\_\_\_\_

CÓDIGO POSTAL \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_



Recorte e envie para:

Partido Comunista Português

Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa